

# João Rodrigues “O meu desejo é que a Europa se pareça mais com os Estados Unidos da América”

O entrevistado é professor da Universidade de Coimbra. É co-autor do blogue Ladrões de Bicicletas e organizou agora, em conjunto com João Reis, o livro “Portugal e a Europa em Crise”

ANA SÁ LOPES  
ana.lopes@ionline.pt  
LUÍS GOUVELA MONTEIRO  
luis.monteiro@ionline.pt

Investigador do Centro de Estudos Sociais da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, João Rodrigues é, com João Reis, organizador e autor do livro “Portugal e a Europa em Crise”, editado em conjunto pela edição portuguesa do Le Monde Diplomatique e a editora Actual. Neste programa do Qi, uma parceria entre o canal Q e o jornal i, João Rodrigues explica como Portugal não pode sair sozinho da crise e avança com soluções para a zona euro que, habitualmente conotadas com a esquerda (em Portugal), replicam algumas soluções aplicadas nos Estados Unidos da América.

**Defendem que Portugal precisa de acabar com a economia de austeridade. Mas Portugal conseguiria fazer isso sozinho?**

Acho que não. Portugal faz parte do euro, da União Europeia, abdicou de um conjunto de instrumentos de política económica e o problema português é que esses instrumentos não foram recuperados à escala europeia. Portugal não pode acabar sozinho com a economia da austeridade, mas pode ser parte do que deve ser um movimento europeu para acabar com a economia da austeridade. É bastante claro hoje, para um número crescente de cidadãos, que as políticas de austeridade que foram delineadas para as periferias da Europa não resolveram nenhum dos problemas das periferias e, pelo contrário, agravaram os problemas e transformaram uma crise de dívida soberana numa crise sistémica da zona euro. A grande divisória, neste momento, é entre aqueles que consideram que as políticas de austeridade podem, por algum milagre, funcionar e aqueles que já reconhecem que estas políticas de austeridade têm de ser superadas à escala da União Europeia. Caso contrário, assistiremos à desagregação da zona euro. É um cenário para o qual um país como Portugal deve estar preparado.

O João Rodrigues acredita que Portu-

**gal pode sair do euro em seis meses?**

Acredito que, se não houver uma mudança profunda da arquitectura da zona euro, as forças que estão neste momento a trabalhar para a desagregação, as forças de mercado, as forças especulativas e as políticas que foram delineadas para tentar apaziguar essas forças nos conduzem a uma situação em que a alternativa de saída se tornará cada vez mais atractiva à medida que o tempo passa, em que a economia entre numa recessão e num processo de destruição de capacidade produtiva e emprego e em que o país a única coisa que pode vislumbrar é um processo mais ou menos rápido de declínio económico, com consequências sociais, políticas e morais absolutamente desastrosas. **Estamos então entre o mau e o péssimo?** Estamos entre um euro do qual não podemos sair e no qual não podemos ficar. A forma de mudarmos as alternativas, que são entre o mau e o péssimo, será através da reconfiguração da zona euro, que se traduz em coisas muito simples e já propostas há muito anos por vários economistas e dirigentes políticos, que passam pela alteração da política do Banco Central Europeu, que passam pela emissão de títulos de dívida pública à escala europeia, que passam por um aumento do orçamento europeu, pela criação de taxas à escala europeia para evitar a corrida para o fundo através da capacidade de receita fiscal dos estados. Há toda uma série de propostas feitas desde o final da década de 80. Já nessa altura vários economistas reconheciam um facto muito simples, que a história parece corroborar: não há moeda sem Estado, sem os atributos de um Estado, um orçamento

com peso, com capacidade redistributiva, capacidade de emissão de dívida pública e uma moeda que não sirva apenas os interesses do capital financeiro. O BCE é um banco central independente do poder político democrático, mas é um banco central refém dos interesses do capital financeiro. Neste contexto, não admira que uma economia como a portuguesa, neste euro muito mal concebido, tenha tido a performance económica que teve na última década. Ao contrário do que muita gente diz, há uma certa propensão para a autoflagelação nacional, isto não é um problema de nós termos passado a ter comportamentos imorais. Estamos numa moeda única, perdemos problemas de política económica e de gestão económica e não os recuperámos à escala europeia.

**Uma das saídas propostas no livro é uma saída temporária do euro. Que desenho é que essa saída temporária poderia ter?**

Essa proposta circula na opinião pública portuguesa, mas pessoalmente não creio que haja uma coisa chamada “saída temporária do euro”. Os processos históricos e políticos não são laboratoriais. Há aqui lógicas de irreversibilidade histórica. Os processos demoram a construir, podem ser de destruição muito rápida e depois demoram muito tempo a reconstruir. Quem chama a atenção para propostas desse tipo, de saída temporária do euro, chama a atenção para um problema muito sério: é que a economia portuguesa não tem instrumentos para uma saída decente para a crise. Aquilo em que o governo está apostado é em fazer um ajustamento brutal da procura interna, extremamente destruidor de emprego e de capacidade produtiva, na esperança de que a economia comprima e isso resolva o desequilíbrio da economia portuguesa. Esse é o plano, através da redução de salários, nomeadamente. Mas um plano económico que passa pela destruição da capacidade produtiva e pela destruição de emprego não é um plano decente. Se não há investimento nem modernização da capacidade produtiva como é que, a prazo, seremos competitivos? É com salários baixos? Esse modelo de salários baixos funciona,



funciona, para o tipo de padrão de especialização que nós temos de ter para produzir bens e serviços com valor acrescentado.

**Em mais de um dos artigos ataca-se uma metáfora que tem sido utilizada muitas vezes e que passa por comparar o Estado com uma família que gasta aquilo que não tem e vai ter de adequar os seus gastos.**

A que é que assistimos com a crise a partir de 2007? Um esforço muito grande por parte dos agentes económicos, empresas e famílias para corrigir os seus balanços. As famílias que estavam endividadas procuram conter as despesas, há uma redução de despesas de investimento e de despesas de consumo e esse comportamento que parece racional para cada empresa e cada família individualmente considerada gera uma crise brutal, uma crise de procura. Neste contexto, uma crise de procura em que há uma quebra do PIB e aumento de desempre-



O “Qi” é uma parceria entre o canal Q (só disponível no MEO e na internet) e o jornal i. Todas as sextas-feiras, às 23h10, discutimos como mudar a política. O debate será publicado depois no i.



go, este comportamento do sector privado o que é que gera? Seja com o governo do partido A seja com o do partido B, gera sempre uma queda das receitas fiscais, um aumento das despesas públicas e um aumento dos défices públicos, do endividamento do Estado, que na realidade é o que deve acontecer, porque é isso que amortece a quebra da actividade económica. O governo não aumentou o investimento público. O aumento do défice deve-se principalmente à quebra das receitas fiscais, nomeadamente IVA e IRS. O Estado agiu como deve agir: aumentou as despesas sociais, como o subsídio de desemprego. Agora, a partir do momento em que não tem moeda própria, o Estado português está dependente de um Estado maior, digamos assim, que é o Estado europeu, que é uma coisa que não existe...

**E na sua opinião devia existir?**

É incompleto. O grande atributo de um Estado soberano, que é a capacidade de

emitir moeda, é partilhado a nível europeu. Há uma moeda, mas não há orçamento.

**E é uma moeda forte, ao nível do marco alemão...**

É uma moeda feita à imagem e à semelhança do marco alemão.

**Mas os europeus estavam todos doidos quando avançaram para o euro?**

Não estavam doidos, mas muitos economistas e muitos políticos estavam toldados por uma ideologia que nos dizia que temos que criar uma moeda à imagem e semelhança do marco, com um banco central independente. O Estado não tem qualquer função positiva a desempe-

*Nas elites políticas das periferias há uma atitude de subserviência e de pré-aceitação de tudo o que vem da Europa*

nhar... Isto é de manual. A União Europeia é uma espécie de tradução de um certo manual de economia. Isto foi tudo bem pensado, não é resultado de nenhum processo de loucura. É uma construção política mas que obedece a uma concepção de política económica segundo a qual esta crise de 2007/2008 não deveria acontecer. Foi por isso que a União Europeia não estava preparada para ela.

**Mas em Portugal, naquele momento e com aquele juro, havia alguma alternativa a chamar o FMI?**

O que um governo deveria ter feito era nestas condições suspender os pagamentos. Um governo português ou grego que tivesse anunciado isso teria dado um contributo positivo para resolver o problema europeu. Toda a gente sabia naquele contexto que os bancos europeus não estavam em condições de suportar uma reestruturação unilateral da dívida. Se um governo tivesse a coragem política de o anunciar, a Europa cedia.

**Mas então acha que os dirigentes dos países periféricos foram cobardes?**

Foram míopes. Isto é uma constante nas elites políticas das periferias, uma subserviência em relação a uma ideia de que a Europa é pré-condição da sobrevivência das periferias. Há uma atitude de pré-aceitação de tudo o que vem da Europa. O meu desejo político, num certo sentido é que a União Europeia se pareça mais com os Estados Unidos da América [risos]. Que o Banco Central Europeu fosse mais semelhante à Reserva Federal norte-americana. Nunca ocorrerá uma crise de dívida soberana nos EUA. **Agora há uma.**

Essa crise é política, porque há um tecto artificial. O FMI já veio dizer que o tecto tem de subir. O FMI prescreve para os EUA o que devia prescrever para qualquer país, sobretudo para uma zona desenvolvida como a zona euro: que o endividamento continue até a economia sair da crise.